



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

DESAFIOS DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO IMAP: IMPLEMENTAÇÃO DE CURSOS DE PÓS- GRADUAÇÃO

Claudia Aparecida Savi

Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP) - Coordenação de Formação da Escola de Administração Pública

Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia e Educação para Crianças e Adolescentes em Situação de Risco

csavi@imap.curitiba.pr.gov.br

Fernanda Schaefer Rivabem

Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP) - Diretora da Escola de Administração Pública

Advogada, Doutora em Direito das Relações Sociais pela UFPR e Pós Doutora em Bioética

frivabem@imap.curitiba.pr.gov.br

Janete Raquel Rodrigues

Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP) - Analista de Desenvolvimento Organizacional da Escola de Administração Pública

Administradora, Especialista em Administração Pública.

janrodrigues@imap.curitiba.pr.gov.br

Larissa Dorneles

Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP) – Técnica da Escola de Administração Pública.

Advogada, Especialista em Administração Pública

ldorneles@imap.curitiba.pr.gov.br



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Escola de Administração Pública (EAP), Diretoria do Instituto Municipal de Administração Pública (Imap), passou por diferentes momentos de atuação nos seus mais de vinte anos de existência. Esse processo exigiu respostas às demandas de formação e desenvolvimento profissional, com oferta de ações para o quadro funcional da Administração direta e indireta do município de Curitiba, servidores da região metropolitana e comunidade.

A EAP, assim como as escolas de governo, por sua natureza e papel, tem vocação voltada para o aprimoramento dos servidores de forma permanente, mediante ações práticas e ensino aplicado que atendam às necessidades da Administração Pública, aliado à promoção do conhecimento teórico e prático.

Na elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2018), documento construído coletivamente que identifica a instituição no que diz respeito à filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que pretende desenvolver, a EAP foi ousada, no âmbito das escolas de governo, ao propor a oferta de curso de Especialização na área da Administração Pública. Para tanto, solicitou credenciamento na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e no Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE).

Em 17 de março deste ano, após excelente pontuação conferida pela Comissão Avaliadora Externa, conforme Decreto Estadual n. 6.466/2017, publicado no Diário Oficial Executivo n. 9.907, a Escola de Administração Pública foi credenciada para ofertar cursos de Especialização na área de Administração Pública nos próximos cinco anos.

O objetivo deste texto é compartilhar a conquista coletiva da Escola concretizada com sua inserção no Sistema Estadual de Ensino Superior do Paraná e o início da primeira turma do Curso de Especialização em Administração Pública em agosto deste ano.



2 PERCURSO METODOLÓGICO

A Escola de Administração Pública, levando em consideração os pressupostos filosóficos e epistemológicos que norteiam as reflexões e, conseqüentemente, as ações, expressos no Projeto Político Pedagógico (PPP), tem como atribuição promover formação e pesquisa para o desenvolvimento da Administração Pública, da cidade e dos cidadãos, de forma intersetorial e participativa, contribuindo para a efetividade das políticas públicas. Tem como objetivos delinear e disseminar a política de formação e desenvolvimento profissional dos servidores públicos municipais, nos diferentes níveis, em conjunto com órgãos e entidades da Administração Pública municipal e em consonância com as diretrizes do plano de governo; definir linhas conceituais e metodológicas das ações desenvolvidas; promover cursos, seminários, palestras, encontros sobre interesses da Administração municipal, assim como cursos de formação de carreiras, aperfeiçoamento e de especialização na área de Administração Pública, além de promover ações conjuntas de pesquisa e troca de experiências com órgãos governamentais e não governamentais, da sociedade civil, universidades e instituições internacionais.

A EAP, por meio desse plano, busca alternativas de acesso pelos servidores a cursos de Graduação e Pós-Graduação, visando propiciar experiências subseqüentes à formação inicial e o aperfeiçoamento acadêmico contínuo, que não só contribuirá para desenvolvimento pessoal, mas também promoverá o aperfeiçoamento profissional, promovendo a transformação da realidade na qual o servidor está inserido.

A educação, ao contribuir com a formação de um servidor que conhece e compreende a própria realidade, projeta-se como possibilidade objetiva de transformação. O servidor bem formado tem condição de estar no mundo não como objeto, mas como sujeito da história (IMAP, 2015). No processo de formação do servidor público, alinhado à ideia de transformação social, os espaços de trabalho precisam refletir um ambiente ancorado no diálogo, na confiança e na mediação.

Para tanto, a política de oferta de cursos de Pós-Graduação vem num constante aprimoramento de estratégias que possibilitem o acesso dos servidores mediante convênios com Instituições de Ensino Superior (IES) reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), por meio



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

de Chamamento Público, licença para estudos e contratação de IES para realização de cursos *in company*.

Visando expandir sua atuação e buscando sua consolidação institucional, a EAP teve como desafio se inserir no ensino formal, integrando, a partir do credenciamento conferido pelo Decreto Estadual n. 6.466/2017, o Sistema Estadual de Ensino como Escola Superior, para ofertar cursos de Especialização na área de Administração Pública, de acordo com a legislação vigente.

3 RELATO DA EXPERIÊNCIA

A inserção da Escola de Administração Pública/ IMAP no Sistema Estadual de Ensino como Escola Superior foi uma iniciativa ousada da Instituição, a partir da revisão do seu Planejamento Estratégico em 2013 estabelecendo novas diretrizes para sua atuação. Neste novo momento a Escola passou a ter entre as suas atribuições a de promover formação e pesquisa para o desenvolvimento da Administração Pública, da cidade e dos cidadãos, de forma intersetorial e participativa, contribuindo para a efetividade das políticas públicas.

Nesta perspectiva elaborou seu novo Projeto Político Pedagógico (PPP) de forma participativa e coletiva, alinhado aos princípios da Administração Pública. Essa construção ocorreu com uma (re)leitura do Papel do Estado e da sociedade, visando ampliar o caráter conceitual, servindo de base orientativa referente à relação ensino-aprendizagem, ao compartilhamento do conhecimento, e à formação dos servidores municipais, demais entes públicos e população em geral.

Na sequência elaborou seu primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional refletindo a discussão pautada em experiências próprias, tendo como objetivo orientar a estratégia da Instituição, principalmente no que se refere à área de formação. Documento que identifica a instituição no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Tiveram envolvidos neste processo de revisão do PPP e elaboração do PDI, a equipe da Escola, técnicos de outras diretorias do IMAP e a Rede de Articuladores (grupo de servidores



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

vinculados aos órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Curitiba que realizam em conjunto com a EAP/IMAP, o planejamento, a execução e a avaliação do Plano de Formação e Desenvolvimento Profissional e ações produção e compartilhamento de conhecimento).

Elaborados o PPP e o PDI a Escola solicitou seu credenciamento junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI) e Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE), para ofertar cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* na área de Administração Pública.

Após etapa de Avaliação Externa do processo de Avaliação Institucional das unidades que compõem a EAP/IMAP, em conformidade ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a EAP obteve conceito de 4,22 (quatro vírgulas vinte e dois) na média das cinco dimensões avaliadas, sendo credenciada para ofertar cursos de Especialização na área de Administração Pública.

Com o referido curso a EAP/Imap pretende aprofundar estudos sobre Administração Pública, em um esforço para contribuir com os propósitos de gestão municipal voltados à construção de uma atuação participativa, intersetorial e articulada entre governo e sociedade. Essa formação é imprescindível para preparar os servidores municipais de Curitiba para enfrentar os complexos problemas de uma grande cidade e garantir participação cidadã no monitoramento e na avaliação das políticas públicas.

O curso está estruturado em quatro módulos e vinte disciplinas, direcionados ao estudo da Administração Pública em um conceito humanista, sócio-histórico de natureza multi e transdisciplinar, com concepção de ensino sociointeracionista e abordagem cognitivista, com carga horária de 380 horas. O corpo docente é composto por profissionais com Pós-Graduação, sendo 75% com titulação *Stricto Sensu* (35% Doutores e 40% mestres) e 25% com titulação *Lato Sensu* (Especialistas).

A primeira turma do curso de Especialização em Administração Pública começou suas aulas em 08 de agosto de 2017 contando com 28 servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Curitiba e dois representantes da comunidade vinculados a programas, projetos e ações da Administração municipal, selecionados mediante processo seletivo simplificado (conforme disciplinado no artigo 40, V, da lei n. 7.671, de 29 de março de 1991).



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

As disciplinas ministradas serão: Estado e Capitalismo; Estado Brasileiro e Desenvolvimento; Administração Pública; Modelos de Gestão, Orçamento e Finanças Públicas; Planejamento Estratégico e Funcionamento do Setor Público; Gestão de Pessoas; Elaboração e Gerenciamento de Projetos; Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação; Metodologia de Pesquisa Científica I e II; Análise de Políticas Públicas e Indicadores; Política Municipal de Educação; Política Municipal de Saúde; Política Municipal de Assistência Social; Direitos Humanos e Cidadania; Sustentabilidade; Direito à Cidade e Desafios Urbanos; Setorialidade e Intersetorialidade; e Inovação e Políticas Públicas.

3 CONCLUSÕES

A EAP tem como premissa que a formação do servidor público deve ser contínua e centrada em dimensões sociais, políticas, econômicas, éticas e técnicas, visando fortalecer sua atuação enquanto ator político, de forma proativa e compromissada com a efetividade das políticas públicas e com o cotidiano das ações, num esforço para avançar na profissionalização da Administração Pública municipal.

Por isso, assume cada vez mais caráter estratégico diante dos novos e complexos desafios. A Escola mostrou ousadia ao propor no seu Plano de Desenvolvimento Institucional a oferta e certificação de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, implementando essa área de formação. Foram muitos os desafios enfrentados e muitos ainda para serem superados. Aliar a teoria, o conhecimento acadêmico, à técnica e à prática durante os cursos é um deles. Espera-se que o curso que está em andamento e os outros que virão tragam grandes contribuições para a Administração Pública municipal e para a sociedade.

Dentre as conquistas já alcançadas, destacam-se:

- Fortalecimento institucional da Escola, com sua inserção na Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino;
- Projeto Pedagógico do Curso avaliado com nota máxima pela Comissão Avaliadora Externa, por sua proposta com conceito humanista, sócio-histórico de natureza multi e transdisciplinar;



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

- Valorização do servidor e da inteligência coletiva institucional, com a possibilidade de remuneração dos docentes servidores (50% do corpo docente do curso).
- Alunos aprovados para a primeira turma com formação multidisciplinar e atuantes em diversas áreas da Administração municipal, o que possibilitará a intersetorialidade, o aprofundamento das discussões e reflexões.
- Participação de representantes da comunidade vinculados a programas, projetos e ações da administração municipal, selecionados mediante processo seletivo simplificado, o que denota o forte propósito da administração de garantir aproximação com a sociedade.

REFERÊNCIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Lei n. 7.671, de 10 de junho 1991. Dispõe sobre a reorganização administrativa do Poder Executivo do município de Curitiba, faz alterações nas leis nº 4.545/1973, 2.660/1965, 2.188/1962, 2.347/1963, 2.585/1965, revoga a lei n. 6817/86, e dá outras providências. **Leis Municipais**, Curitiba. 10 jun. 1991. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1991/767/7671/lei-ordinaria-n-7671-1991-dispoe-sobre-a-reorganizacao-administrativa-do-poder-executivo-do-municipio-de-curitiba-faz-alteracoes-nas-leis-n-4545-73-2660-65-2188-62-2347-63-2585-65-revoga-a-lei-n-6817-86-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 21 set. 2017.

INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (IMAP). **Projeto Político Pedagógico**: Escola de Administração Pública (EAP). Curitiba: Imap, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/AyhQKs>>. Acesso em: 21 set. 2017. (Cadernos do Imap, n. 2).

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2015-2018. Curitiba: Imap, 2016. (documento institucional)

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Decret o n. 6.466, de 17 de março de 2017. **Diário Oficial Executivo**. Edição digital n. 9907, Curitiba, Departamento de Imprensa Oficial do Estado. Disponível em: <<https://goo.gl/sVfktd>>. Acesso em: 22 set. 2017.